

ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL

Edital 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	180358-ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL	SAMARA APARECIDA DE SOUZA	18/06/2026 17:40 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	23/2026	058.00064630/2026-58

1. Do objeto

PREGÃO ELETRÔNICO - n° 90013/2026**CONTRATANTE (UASG) - 180358****OBJETO - Aquisição de Equipamentos de Informática e Escritório****VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO - R\$ 193.912,71****(cento e noventa e três mil novecentos e doze reais e setenta e um centavos)****DATA DA SESSÃO PÚBLICA****Dia 06/07/2026 às 10h00 - (horário de Brasília)****Critério de Julgamento - Menor Preço****Modo de disputa - Aberto****PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS - Sim****5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - LESTE****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026****Processo Administrativo nº 058.00064630/2026-58**

Torna-se público que o(a) **5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA - LESTE**, por meio do(a) **SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**, sediado(a) à **Avenida Celso Garcia, 2875, São Paulo – SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *a aquisição de equipamentos de informática e escritório*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*



2. Do registro de preços

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. *Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.*

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11. *Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.11.1. *Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.*

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos [III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte **ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte **e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10)** que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte **e equiparadas**, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte **e equiparadas**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte **ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)**.

4.4.6. **O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.**

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca/Modelo;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de *valores* entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de *1% (um por cento)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 6.11.1. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*
- 6.11.2. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 6.11.3. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*
- 6.11.4. *Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*
- 6.11.5. *Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de *2 (duas) horas*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. *Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.1. *A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:*

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. *A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **pelo meio eletrônico uge.sec05@policiacivil.sp.gov.br**.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:
- (1) Multa Moratória de 0,2 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta.) dias;
 - (2) Multa Moratória de 0,4.% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% , pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 15% a 20% do valor do Contrato.
 - (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 15% a 30% do valor do Contrato.
 - (5) Para infração descrita no subitem 12.1.2, a multa será de 15 % a 30 % do valor do Contrato.
 - (6) Para infrações descritas nos subitens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 15 % a 30 % do valor do Contrato.
 - (7) Para infrações descritas no subitem 12.1.7, a multa será de 5 % a 10.% do valor do Contrato.
 - (8) Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa será de 15 % a 30 % do valor do Contrato.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade

competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo(s) seguinte(s) meio(s): www.compras.gov.br ou uge.sec05@policiacivil.sp.gov.br**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.gov.br**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. **A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.**

14.2.1. **Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho.**

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no [sítio eletrônico www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência.

14.16.1.1. Anexo I.1 – Pesquisa de Preço;

14.16.2. ANEXO II - Modelo(s) de Declaração(ões).

São Paulo, 18 de junho de 2026.

Dra. Patrícia Chalfun de Matos Fonseca

Delegada Coordenadora da UGE

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PATRICIA CHALFUN DE MATOS FONSECA

Autoridade competente

SAMARA APARECIDA DE SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 17:40:44.

ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL

Termo de Referência 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	180358-ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL	SAMARA APARECIDA DE SOUZA	18/06/2026 16:45 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	23/2026	058.00064630/2026-58

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA
5ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA
(Processo Administrativo nº 058.00064630/2026-58)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Disco rígido externo portátil, capacidade nominal de 2 TB, interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0, destinado ao armazenamento de dados. Unidade portátil de 2,5 polegadas, com alimentação pela própria porta USB, dispensando fonte externa de energia. Taxa de transferência compatível com a interface ofertada, com velocidade mínima de leitura de 120 MB/s. Deverá acompanhar cabo de conexão original compatível com o equipamento. Gabinete externo resistente a impactos leves e transporte rotineiro. Compatível, no mínimo, com sistemas Windows e Linux. Produto novo, original de fábrica, com garantia mínima de 12 meses.”, fabricante deve possuir ISO 9001.	423941	Unidade	50	R\$834,95	R\$ 41.747,50
	Disco Rígido Removível Capacidade Memória: 240 GB, Velocidade					

02	Transferência:450 MBPS, Compatibilidade: Sata 2 ,Interface: Sata 3.0, Aplicação: Computador ,Características Adicionais: 2,5 Polegadas.	442107	Unidade	100	R\$ 206,00	R\$ 20.600,00
03	Café predominantemente arábica, tradicional, torrado e moído, acondicionado em cápsulas hermeticamente fechadas individuais, compatível com máquina de café 3 Corações - LUNA®. Produto 100% café, sem adição de açúcar ou outros ingredientes. Com origem do Sul de Minas. Deverá apresentar torra média, com intensidade compatível para preparo de filtrado, proporcionando bebida de aroma e sabor característicos. As cápsulas deverão ser novas, íntegras, devidamente lacradas e embaladas em caixas com identificação do fabricante, lote e prazo de validade. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega. O produto deverá atender às normas vigentes da ANVISA e demais legislações aplicáveis. Com certificação Rainforest Alliance.	619637	Caixa com 10 unidades	750	R\$23,99	R\$19.192,00
04	Cápsula para Bebida; Chocolate; Composta de soro de Leite Em Pó, Cacau Em Pó, Açúcar e Outros Ingredientes Permitidos; acondicionado em cápsulas plásticas hermeticamente fechadas individuais, compatível com máquina de café 3 Corações - LUNA®; Embalagem Primária Cápsula em plástico; Pesando até 12 Gramas cada cápsula; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartão; Com Validade Mínima de 12 Meses Na Data Da Entrega; Cápsula livre de BPA.	621537	Caixa com 10 unidades	500	R\$22,93	R\$11.465,00
05	Papel Sulfite de Papelaria: Gramatura 75g /m2; Formato A4; Medindo (210x297)mm; Alvura Mínima de 90%, Conforme Norma Iso; Opacidade Mínima de 87%; Umidade Entre 3,5% (+/-1,0), Conforme Norma Tappi; Corte Rotativo, Ph Alcalino Cor Branco; Embalagem Revestida Em Bopp; Produto Com Certificacao Ambiental Fsc Ou Cerflor/pefc, Com Selo e Codigo de Licenca Impressos Na Embalagem	461819	Embalagem de 500 folhas	2500	R\$ 35,69	R\$ 89.225,00
06	Pasta Arquivo Material: Polipropileno, Tipo: L , Largura: 220 MM, Altura: 330 MM, Cor: Transparente	340901	Pacote de 10 unidades	400	R\$ 5,73	R\$ 2.292,00
07	Caixa para Arquivo: Em Polipropileno Corrugado; Medindo (360x250x135)mm (cxaxl), Gramatura 300g/m2; Na Cor Azul	625314	Unidade	500	R\$ 8,56	R\$ 4.280,00
08	Pasta Arquivo Material: Papelão Prensado C/ Revestimento Polipropileno , Tipo: A Z , Largura: 280 MM, Altura: 340 MM, Lombada: 60 MM, Cor: Preta , Aplicação: Armazenar Documentos E Impressos , Características Adicionais: Bolsa Plástica Transparente Na Lombada C/Etiqueta	625648	Unidade	300	R\$ 11,28	R\$ 3.384,00
09	Colchete Material: Latão , Tipo: Gancho , Tamanho: Nº 15	284009	Caixa 72 de unidade	25	R\$ 19,48	R\$ 487,00

10	Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico , Material Ponta: Feltro , Tipo Carga: Recarregável , Cor: Azul/Vermelho /Preto, sendo 1 caixa de cada cor	629410	Caixa de 4 unidades	3	R\$ 25,00	R\$ 75,00
11	Colher de café	356518	Pacote 100 unidades	40	R\$5,86	R\$234,40
12	Retificador para Telecomunicações 10A, Bivolt, 48v	625298	Unidade	2	R\$1.064,99	R\$2.129,98

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados da Emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

- 1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Considerando a necessidade de manutenção e modernização do parque tecnológico desta Seccional, apresenta-se a presente justificativa para aquisição de equipamentos de informática destinados às unidades administrativas e operacionais.
- 2.2. Inicialmente, cumpre destacar que esta unidade participou de duas Atas de Registro de Preços destinadas à aquisição de computadores, sendo uma conduzida pela PRODESP e outra pelo DIPOL. Contudo, a ata conduzida pela PRODESP restou fracassada, impossibilitando a aquisição dos equipamentos pretendidos. No que se refere à ata conduzida pelo DIPOL, embora tenha sido possível a adesão, foram disponibilizados a esta Seccional apenas 22 (vinte e dois) computadores, quantidade insuficiente para suprir a demanda existente.
- 2.3. Ressalta-se que o atual parque de computadores desta Seccional encontra-se, em grande parte, obsoleto, composto por equipamentos com tempo de uso elevado e desempenho incompatível com as demandas atuais dos sistemas institucionais utilizados pela Polícia Civil. Tal situação impacta diretamente na eficiência das atividades administrativas e operacionais das unidades policiais, ocasionando lentidão no processamento de dados, prejuízo nas investigações, instabilidade no funcionamento dos sistemas e consequente aumento no tempo de atendimento ao público.
- 2.4. Dessa forma, a manutenção do parque computacional mostra-se imprescindível para garantir maior eficiência na execução das atividades institucionais, melhor desempenho no uso dos sistemas corporativos e maior celeridade no atendimento à população e às investigações.
- 2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.
- 2.6. O objeto da contratação está respaldado no Decreto nº 70.333, de 12 de janeiro de 2026 através das previsões orçamentárias enviadas à Delegacia Geral de Polícia, e visa garantir a reposição necessária para o adequado funcionamento das Unidades Policiais subordinadas a esta Unidade Compradora pelo período de um ano.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Necessidade de uso de embalagens sustentáveis que reduzam a emissão de resíduos.

4.1.2. Produtos que atendam critérios de sustentabilidade.

4.1.3. Priorizar programas de logística reversa para a devolução e reciclagem adequada dos produtos ao final da vida útil.

4.1.4. Optar por equipamentos e suprimentos que ofereçam maior durabilidade, reduzindo a necessidade de substituição frequente.

4.1.5. Os fornecedores devem comprovar o atendimento às leis ambientais e de responsabilidade social vigentes.

4.1.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, conforme Catálogo de Compras Federal, devem ser atendidos o que dispõe a atual política de sustentabilidade atinente a produção, transporte e armazenamento dos itens.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados..

4.4. Será(ão) exigida(s) amostra(s) do(s) seguinte(s) item(n)s:

4.4.1. Item 3 - Cápsula de Café;

Item 4 - Cápsula de Chocolate;

Item 5 - Folha Sulfite

4.5. As amostras deverão ser entregues no endereço Avenida Celso Garcia, 2875 - Belenzinho, São Paulo - SP , no prazo limite de 5 (cinco) dias, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.7. No caso de não haver entrega da(s) amostra (s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.8.1. Item 3 (três) - Concordância do produto com as especificações técnicas contidas em edital e neste termo de referência, em todos os quesitos, incluindo embalagem, peso, cor, sabor, apresentação, odor e compatibilidade.

4.8.2. Item 4 (quatro) - Concordância do produto com as especificações técnicas contidas em edital e neste termo de referência, em todos os quesitos, incluindo embalagem, peso, cor, sabor, apresentação, odor e compatibilidade.

4.8.3. Item 5 (cinco) - Concordância do produto com as especificações técnicas contidas em edital e neste termo de referência, em todos os quesitos, incluindo embalagem, peso, cor, tamanho e gramatura.

4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.10. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.12. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.13. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Reserva de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.14. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o(s) item(ns) de 1 a 4 constitui(em) cota(s) reservada(s) para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.14.1. Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da Emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no(s) seguinte(s) endereço(s): **Avenida Celso Garcia, 2875 - Belenzinho, São Paulo - SP, CEP: 03063-000 (Almoxarifado).**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **3 (três)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata em parcela única**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;**

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;**

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;**

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, **[e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,]** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.23.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.23.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.25.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 193.912,71

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 193.912,71 (cento e noventa e três mil novecentos e doze reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima - Definição do Objeto. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 180358;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 06181180149890000;

IV) Elemento de Despesa: 339030.

São Paulo, 18 de junho de 2026.

Patrícia Chalfun de Matos Fonseca

Delegada de Polícia

11. Aprovação do Ordenador de Despesa

Neste ato após a devida revisão APROVO o presente Termo de Referência.

José Aparecido Sanches Severo

Delegado Seccional de Polícia - Ordenador de Despesa

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PATRICIA CHALFUN DE MATOS FONSECA

Autoridade competente

SAMARA APARECIDA DE SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 16:45:54.

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Relatório emitido em 01/06/2026 17:29

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
24/2026	180358	Concluída	LETICIA VIDAL SERRANO

Título: Nova cotação - itens de consumo variados

Observações:

Total de itens cotados: 12 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 193.912,7150

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
442107 - Disco Rígido Removível Capacidade Memória: 240 GB, Velocidade Transferência: 450 MBPS, Compatibilidade: Sata 2 , Interface: Sata 3.0 , Aplicação: Computador , Características Adicionais: 2,5 Polegadas	Unidade	100
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 161,8600	R\$ 422,9973	R\$ 206,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 103,9844% Desvio Padrão: 439,8512 Maior Preço: R\$ 1.700,0000		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 4ª - MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.700,0000	17/05/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 200,0000	23/03/2026	Sim
3	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 180,0000	12/02/2026	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 138,9700	06/02/2026	Não
5	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 186,8400	15/01/2026	Sim
6	I	PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 297,3700	08/01/2026	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 117,5500	06/01/2026	Não
8	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	73	Unidade	R\$ 259,9000	28/12/2025	Sim

9	I	INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br	305	Unidade	R\$ 88,0000	22/12/2025	Não
10	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 181,0000	15/12/2025	Sim
11	I	MMA-CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 140,8600	08/12/2025	Não
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 150,0000	23/11/2025	Não
13	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 132,9900	18/11/2025	Não
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 161,8600	17/11/2025	Sim
15	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 85,2700	11/11/2025	Não
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 119,2000	10/11/2025	Não
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 123,2500	03/11/2025	Não
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 138,3400	31/10/2025	Não
19	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 132,0000	23/10/2025	Não
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 134,8300	21/10/2025	Não
21	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO - PB - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 118,5500	14/10/2025	Não
22	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 118,5500	10/10/2025	Não
23	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 93,0000	22/09/2025	Não
24	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	405	Unidade	R\$ 114,3900	22/09/2025	Não
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 135,7800	11/09/2025	Não
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 104,9500	10/09/2025	Não
27	I	MMG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 99,0000	09/09/2025	Não
28	I	ESP-FAC DE MED DE SAO JOSE DO RIO PRETO - Compras.gov.br	38	Unidade	R\$ 135,0000	01/09/2025	Não
29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 94,9500	28/08/2025	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 100,0000	27/08/2025	Não
31	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 137,0000	14/08/2025	Não
32	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 151,3400	14/08/2025	Não
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 91,4500	30/07/2025	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 114,4200	29/07/2025	Não
35	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 534,0000	21/07/2025	Sim
36	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 746,0000	21/07/2025	Sim
37	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 90,0000	21/07/2025	Não
38	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 96,0000	21/07/2025	Não
39	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 206,0000	21/07/2025	Sim
40	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 116,8200	21/07/2025	Não
41	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 114,0900	21/07/2025	Não
42	I	PREFEITURA DE SABAUDIA - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 91,5000	17/07/2025	Não
		PMSP - SECRETARIA DO GOVERNO					

43	I	MUNICIPAL - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 125,0000	07/07/2025	Não
44	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - CE - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 138,0000	01/07/2025	Não
45	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - CE - Compras.gov.br	75	Unidade	R\$ 160,0000	01/07/2025	Não
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 110,9100	30/06/2025	Não
47	I	ESP-FAC DE MED DE SAO JOSE DO RIO PRETO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 100,9700	26/06/2025	Não
48	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 119,8500	12/06/2025	Não
49	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 116,0000	10/06/2025	Não
50	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - PE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 109,3700	09/06/2025	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
619637 - Café Apresentação: Cápsula , Tipo: Expresso , Empacotamento: Capsula Em 100% Polipropileno, Pesando 7,5 gramas , Característica Adicional: Embalagem Secundaria Caixa De Papel Cartão	Unidade	750
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 18,0000	R\$ 30,2523	R\$ 23,9900
Coeficiente de Variação: 82,3332% Desvio Padrão: 24,9077 Maior Preço: R\$ 144,0300		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	Cápsula de Café Filtrado TRES 3 Corações - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 18,9800	28/05/2026	Não
2	I	PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 144,0300	23/04/2026	Sim
3	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO 4ª REGIAO/RJ - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 31,4700	22/04/2026	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 1,7300	13/04/2026	Não
5	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 24,9000	06/04/2026	Sim
6	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 21,5000	06/04/2026	Sim
 7	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 26,5000	06/04/2026	Sim
8	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 23,9900	06/04/2026	Sim
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 33,3300	05/04/2026	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	720	Unidade	R\$ 18,0000	18/03/2026	Não
11	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	13718	Unidade	R\$ 14,1500	03/03/2026	Não
12	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	123460	Unidade	R\$ 14,1500	03/03/2026	Não
13	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 20,5000	29/01/2026	Sim
		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO -					

14	I	USP - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 20,9213	26/01/2026	Sim
15	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-SC - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 2,9000	19/01/2026	Não
16	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-SC - Compras.gov.br	11300	Unidade	R\$ 2,8400	19/01/2026	Não
17	I	PREFEITURA DE HONORIO SERPA - PR - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 31,2500	18/12/2025	Sim
18	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,7500	15/12/2025	Não
19	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,5500	15/12/2025	Não
20	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	17777	Unidade	R\$ 13,2000	15/12/2025	Não
21	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	4223	Unidade	R\$ 13,2000	15/12/2025	Não
22	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 13,5000	08/12/2025	Não
23	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 24,8800	03/12/2025	Sim
24	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 17,9700	03/12/2025	Não
25	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 21,9900	03/12/2025	Sim
26	I	PREFEITURA DE MANGUEIRINHA - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 19,8400	01/12/2025	Sim
27	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	3485	Unidade	R\$ 15,0000	19/11/2025	Não
28	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	3888	Unidade	R\$ 18,0000	19/11/2025	Sim
29	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 22,8400	17/11/2025	Sim
30	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 21,9900	17/11/2025	Sim
31	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 17,9700	17/11/2025	Não
32	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 24,8800	17/11/2025	Sim
33	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO EST R. G.DO NORTE - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 98,9200	05/11/2025	Sim
34	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3,9000	03/11/2025	Não
35	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2,9000	03/11/2025	Não
36	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 20,0000	30/10/2025	Sim
37	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 20,9000	30/10/2025	Sim
38	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 20,9000	30/10/2025	Sim
39	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 20,0000	30/10/2025	Sim
i40	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 21,9900	20/10/2025	Sim
i41	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 22,8400	20/10/2025	Sim
i42	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 24,8800	20/10/2025	Sim
43	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	2372	Unidade	R\$ 29,9800	16/10/2025	Sim
44	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1,4000	14/10/2025	Não
45	I	PMSP - EMPRESA DE TEC. DA INFORMAÇÃO - PRODAM - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 20,0000	08/10/2025	Sim
46	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1,9900	06/10/2025	Não
47	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	8400	Unidade	R\$ 25,1000	06/10/2025	Sim
48	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	1700	Unidade	R\$ 11,0000	15/09/2025	Não
i49	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-SC - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 26,5000	24/08/2025	Sim
i50	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-SC - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 26,5000	24/08/2025	Sim
		CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E					

Legenda:

- Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
- i

Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
621537 - Chocolate Tipo: Expresso , Apresentação: Cápsula , Sabor: Tradicional , Ingrediente Adicional: Leite Em Pó, Cacau Em Pó, Açúcar , Prazo Validade Mínimo: 14 Meses , Empacotamento: Capacidade 11g. Cada Capsula	Embalagem 10 Cápsula	500
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 21,8700	R\$ 22,9300	R\$ 22,9300
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 4,6228% Desvio Padrão: 1,0600 Maior Preço: R\$ 23,9900		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	Pão de açúcar - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 23,9900	01/06/2026	Sim
2	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 21,8700	06/04/2026	Sim
3	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 21,4800	06/04/2026	Não
4	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	681	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 18,8900	11/03/2026	Não
5	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	5	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 19,8700	04/03/2026	Não
6	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	8	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 21,4800	02/02/2026	Não
7	I	ESP-CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR - Compras.gov.br	10	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 20,7800	20/01/2026	Não
8	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	7	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 21,4800	03/12/2025	Não
9	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	7	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 19,8700	03/12/2025	Não
i 10	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	5	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 21,4800	20/10/2025	Não
i 11	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	6	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 19,8700	20/10/2025	Não
i 12	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	5	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 17,9700	20/10/2025	Não
i 13	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	4	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 19,8700	21/09/2025	Não
i 14	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 21,4800	21/09/2025	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	65	Embalagem 10 Cápsula	R\$ 21,0000	24/06/2025	Não

Legenda:

- Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
- i

Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
461819 - Papel Para Impressão Formatado Tipo: Sulfite /Apergaminhado/Ofício , Tamanho (C X L): 297 X 210 MM, Gramatura: 75 G/M2, Cor: Branco	Embalagem 500 Folha	2500

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 27,3100

Média

R\$ 81,4858

● Mediana

R\$ 35,6900

Coefficiente de Variação: 106,5113%

Desvio Padrão: 86,7916

Maior Preço: R\$ 272,4800

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado


Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6000	Embalagem 500 Folha	R\$ 24,5200	25/05/2026	Não
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1500	Embalagem 500 Folha	R\$ 17,7700	21/05/2026	Não
3	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4500	Embalagem 500 Folha	R\$ 17,5800	21/05/2026	Não
4	I	FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	200	Embalagem 500 Folha	R\$ 22,9450	21/05/2026	Não
5	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	1200	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,8900	20/05/2026	Não
6	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	250	Embalagem 500 Folha	R\$ 17,0000	20/05/2026	Não
7	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	5551	Embalagem 500 Folha	R\$ 27,3100	18/05/2026	Sim
8	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	16654	Embalagem 500 Folha	R\$ 27,3100	18/05/2026	Sim
9	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	422456	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,0500	18/05/2026	Não
10	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1402	Embalagem 500 Folha	R\$ 44,4900	18/05/2026	Sim
11	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	4207	Embalagem 500 Folha	R\$ 44,4900	18/05/2026	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Embalagem 500 Folha	R\$ 26,5000	13/05/2026	Não
13	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2000	Embalagem 500 Folha	R\$ 19,7600	12/05/2026	Não
14	I	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - Compras.gov.br	30	Embalagem 500 Folha	R\$ 31,4000	11/05/2026	Sim
15	I	ESP - DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER - Compras.gov.br	590	Embalagem 500 Folha	R\$ 23,0000	08/05/2026	Não
16	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1000	Embalagem 500 Folha	R\$ 272,4800	08/05/2026	Sim
17	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	26000	Embalagem 500 Folha	R\$ 19,8900	08/05/2026	Não
18	I	PMSP - SUBPREFEITURA JAÇANÃ /TREMembé - Compras.gov.br	350	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,0000	07/05/2026	Não
19	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL - Compras.gov.br	1500	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,8700	07/05/2026	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Embalagem 500 Folha	R\$ 29,0000	04/05/2026	Sim
21	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-RO - Compras.gov.br	150	Embalagem 500 Folha	R\$ 21,9000	03/05/2026	Não
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1550	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,9700	30/04/2026	Não
23	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	100	Embalagem 500 Folha	R\$ 25,5500	29/04/2026	Não
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Embalagem 500 Folha	R\$ 22,3000	29/04/2026	Não
25	I	ETO-ASSOCIAÇÃO A.E.E.JOSE DOMINGOS C.BARBOSA - Compras.gov.br	10	Embalagem 500 Folha	R\$ 159,0000	28/04/2026	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1110	Embalagem 500 Folha	R\$ 22,9900	28/04/2026	Não
27	I	CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA - Compras.gov.br	200	Embalagem 500 Folha	R\$ 23,5000	27/04/2026	Não

28		CONSELHO REG. FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP.-CE - Compras.gov.br	100	Embalagem 500 Folha	R\$ 24,3000	26/04/2026	Não
29		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	1000	Embalagem 500 Folha	R\$ 28,6700	24/04/2026	Sim
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Embalagem 500 Folha	R\$ 24,9100	23/04/2026	Não
31		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Embalagem 500 Folha	R\$ 19,9000	15/04/2026	Não
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	470	Embalagem 500 Folha	R\$ 21,5000	14/04/2026	Não
33		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	100	Embalagem 500 Folha	R\$ 0,2398	14/04/2026	Não
34		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	247	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,0000	14/04/2026	Não
35		ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1	Embalagem 500 Folha	R\$ 39,9800	14/04/2026	Sim
36		ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1020	Embalagem 500 Folha	R\$ 28,7000	14/04/2026	Sim
37		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	200	Embalagem 500 Folha	R\$ 19,8000	14/04/2026	Não
38		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2500	Embalagem 500 Folha	R\$ 19,7000	13/04/2026	Não
39		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4400	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,9000	13/04/2026	Não
40		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	600	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,0000	09/04/2026	Não
41		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	40	Embalagem 500 Folha	R\$ 25,2000	09/04/2026	Não
42		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	938	Embalagem 500 Folha	R\$ 245,0000	07/04/2026	Sim
43		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1500	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,5000	07/04/2026	Não
44		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	3000	Embalagem 500 Folha	R\$ 19,9500	06/04/2026	Não
45		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	3000	Embalagem 500 Folha	R\$ 19,7400	06/04/2026	Não
46		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	900	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,0000	05/04/2026	Não
47		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	600	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,6400	31/03/2026	Não
48		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	3450	Embalagem 500 Folha	R\$ 18,7500	31/03/2026	Não
49		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	350	Embalagem 500 Folha	R\$ 20,0000	30/03/2026	Não
50		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	900	Embalagem 500 Folha	R\$ 24,8000	30/03/2026	Não

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
340901 - Pasta Arquivo Material: Polipropileno , Tipo: L , Largura: 220 MM, Altura: 330 MM, Cor: Incolor , Características Adicionais 2: Espessura De 0,18 Mm	Pacote 10 Unidade	400

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 28,7260%
R\$ 5,0900	R\$ 6,7733	R\$ 5,7300	Desvio Padrão: 1,9457
			Maior Preço: R\$ 9,5000
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	400	Pacote 10 Unidade	R\$ 5,0900	13/04/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	500	Pacote 10 Unidade	R\$ 9,5000	18/03/2026	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS - Compras.gov.br	400	Pacote 10 Unidade	R\$ 5,7300	15/09/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

625314 - Caixa Arquivo Material: Plastico Polionda , Dimensão (C X L X A): 360 X 130 X 244 MM, Cor: Azul , Impressão: Conforme Modelo , Características Adicionais: Com Dados De Identificacao Do Produto A Marca Do F

Unidade

500

Consolidação dos preços cotados



Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 201,1530%
R\$ 6,9800	R\$ 102,4363	R\$ 8,5600	Desvio Padrão: 206,0537
			Maior Preço: R\$ 642,9300
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,7000	22/05/2026	Não
2	I	ESP-HOSP. CLIN FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 5,0000	19/05/2026	Não
3	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,8500	18/05/2026	Não
4	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	533	Unidade	R\$ 4,4700	14/05/2026	Não
5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1601	Unidade	R\$ 4,4700	14/05/2026	Não
6	I	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - MG - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 3,8400	13/05/2026	Não
7	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 4,0000	05/05/2026	Não
8	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 642,9300	29/04/2026	Sim
9	I	CONSELHO REGION. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA/AP - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 6,0000	28/04/2026	Não
10	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,7500	23/04/2026	Não

11	I	ESTADO DAS ALAGOAS - Compras.gov.br	2140	Unidade	R\$ 4,0000	22/04/2026	Não
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	625	Unidade	R\$ 3,9400	16/04/2026	Não
13	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	625	Unidade	R\$ 3,9400	16/04/2026	Não
14	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1875	Unidade	R\$ 5,9000	16/04/2026	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1875	Unidade	R\$ 4,3900	16/04/2026	Não
16	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	28896	Unidade	R\$ 6,1100	16/04/2026	Não
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 4,4768	13/04/2026	Não
18	I	PMSP - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 5,5900	08/04/2026	Não
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1040	Unidade	R\$ 3,1500	01/04/2026	Não
20	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1250	Unidade	R\$ 3,4000	30/03/2026	Não
21	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 3,0600	30/03/2026	Não
22	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-RS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 5,5000	24/03/2026	Não
23	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,8200	19/03/2026	Não
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	625	Unidade	R\$ 3,8105	18/03/2026	Não
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 6,9900	18/03/2026	Sim
26	I	PREFEITURA DE BRASILEIA - AC - Compras.gov.br	2860	Unidade	R\$ 6,5600	18/03/2026	Não
i 27	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,7000	17/03/2026	Não
28	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 7,9700	12/03/2026	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 4,0270	10/03/2026	Não
30	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,9842	03/03/2026	Não
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10366	Unidade	R\$ 1,9000	03/03/2026	Não
32	I	PMSP - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,9200	01/03/2026	Não
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,1500	01/03/2026	Não
34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 3,3500	01/03/2026	Não
35	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 3,2000	25/02/2026	Não
36	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-MT - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 6,9800	22/02/2026	Sim
37	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,5000	22/02/2026	Não
38	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 4,5900	19/02/2026	Não
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 4,8100	10/02/2026	Não
40	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 2,9000	28/01/2026	Não
41	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,0500	23/12/2025	Não

42	I	PREFEITURA DE TELEMACO BORBA - PR - Compras.gov.br	1301	Unidade	R\$ 9,1500	23/12/2025	Sim
43	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 5,9900	12/12/2025	Não
44	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 4,5900	11/12/2025	Não
45	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 4,1500	11/12/2025	Não
46	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 7,9000	07/12/2025	Sim
47	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 53,2700	05/12/2025	Sim
48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,9000	04/12/2025	Não
49	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,8500	26/11/2025	Não
50	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA - PB - Compras.gov.br	798	Unidade	R\$ 84,3000	26/11/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item
 625648 - Pasta Arquivo Material: Papelão Prensado C/ Revestimento Polipropileno , Tipo: A Z , Largura: 280 MM, Altura: 340 MM, Lombada: 60 MM, Cor: Preta , Aplicação: Armazenar Documentos E Impressos , Características Adicionais: Bolsa Plástica Transparente Na Lombada C/Etiqueta

Unidade de Fornecimento
 Unidade

Quantidade
 300

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 0,6100

Média
R\$ 18,4772

● Mediana
R\$ 11,2800

Coeficiente de Variação: 236,0011%
Desvio Padrão: 43,6064
Maior Preço: R\$ 320,0000



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG - Compras.gov.br	217	Unidade	R\$ 19,5000	20/05/2026	Sim
2	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 21,3000	08/05/2026	Sim
3	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 9,4500	29/04/2026	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 8,8000	28/04/2026	Sim
5	I	ERN-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EX. RU - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 11,5000	27/04/2026	Sim
6	I	ESP - DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 11,8700	14/04/2026	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 10,9000	13/04/2026	Sim
8	I	CÂMARA MUNICIPAL DE TRIZIDELA DO VALE - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 14,7800	07/04/2026	Sim
9	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 12,6900	31/03/2026	Sim
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - Compras.gov.br	1505	Unidade	R\$ 10,7000	31/03/2026	Sim

11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - Compras.gov.br	4515	Unidade	R\$ 10,7000	31/03/2026	Sim
12	I	SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 0,6100	30/03/2026	Sim
13	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	362	Unidade	R\$ 320,0000	19/03/2026	Sim
14	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 12,0000	17/03/2026	Sim
15	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE - Compras.gov.br	125	Unidade	R\$ 43,4800	17/03/2026	Sim
16	I	PREFEITURA DE FEIJO - AC - Compras.gov.br	1150	Unidade	R\$ 11,8900	12/03/2026	Sim
i17	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 23,0000	11/03/2026	Sim
18	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 16,0000	11/03/2026	Sim
19	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 17,0000	11/03/2026	Sim
20	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 12,6000	09/03/2026	Sim
21	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 9,2500	13/02/2026	Sim
22	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,7400	05/02/2026	Sim
23	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-MA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 11,9000	20/01/2026	Sim
24	I	CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 5ª REGIAO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 14,7900	19/01/2026	Sim
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 17,9000	19/01/2026	Sim
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 12,9400	11/01/2026	Sim
27	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - PA - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 19,0000	21/12/2025	Sim
28	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	380	Unidade	R\$ 10,7800	19/12/2025	Sim
29	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 12,0000	17/12/2025	Sim
30	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 11,9900	17/12/2025	Sim
31	I	MPE-FUNDO MUNICIPAL DE AS. SOCIAL DO CARPINA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 2,5500	02/12/2025	Sim
32	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-RJ - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 14,1300	27/11/2025	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 9,4900	12/11/2025	Sim
34	I	MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 24,9900	19/10/2025	Sim
35	I	PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 8,3300	16/10/2025	Sim
36	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	2380	Unidade	R\$ 9,8000	09/10/2025	Sim
37	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 19,4700	30/09/2025	Sim
38	I	PREFEITURA DE SABAUDIA - PR - Compras.gov.br	445	Unidade	R\$ 9,5900	30/09/2025	Sim
39	I	PREFEITURA DE SABAUDIA - PR - Compras.gov.br	280	Unidade	R\$ 9,6400	30/09/2025	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 14,5000	28/09/2025	Sim
41	I	AUTARQUIA MUN. DE SAUDE DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 3,0000	25/09/2025	Sim
		AUTARQUIA MUN. DE SAUDE DE					

42	I	APUCARANA - PR - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 2,7400	25/09/2025	Sim
43	I	AUTARQUIA MUN. DE SAUDE DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 2,5500	25/09/2025	Sim
44	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 11,0000	24/09/2025	Sim
45	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 7,5000	22/09/2025	Sim
46	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 11,0000	15/09/2025	Sim
47	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	307	Unidade	R\$ 11,0600	11/09/2025	Sim
48	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 10,8100	09/09/2025	Sim
49	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 9,8500	09/09/2025	Sim
50	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 10,8000	08/09/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item			Unidade de Fornecimento		Quantidade		
284009 - Colchete Material: Latão , Tipo: Gancho , Tamanho: Nº 15			Caixa 72 Unidade		25		
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço		Média	● Mediana		Coeficiente de Variação: 20,9972%		
R\$ 16,1900		R\$ 20,4175	R\$ 19,4850		Desvio Padrão: 4,2871		
					Maior Preço: R\$ 29,1800		
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	Caixa 72 Unidade	R\$ 8,0200	22/05/2026	Não
2	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	20	Caixa 72 Unidade	R\$ 14,4900	20/05/2026	Não
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Caixa 72 Unidade	R\$ 6,8500	18/05/2026	Não
4	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Caixa 72 Unidade	R\$ 10,4800	07/05/2026	Não
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	40	Caixa 72 Unidade	R\$ 8,8700	14/04/2026	Não
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Caixa 72 Unidade	R\$ 8,4900	13/04/2026	Não
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Caixa 72 Unidade	R\$ 8,6800	13/04/2026	Não
8	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	8	Caixa 72 Unidade	R\$ 7,8300	08/04/2026	Não
9	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	80	Caixa 72 Unidade	R\$ 10,9000	29/03/2026	Não
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	43	Caixa 72 Unidade	R\$ 6,8000	19/03/2026	Não
11	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	12	Caixa 72 Unidade	R\$ 9,5500	12/03/2026	Não
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Caixa 72 Unidade	R\$ 13,2300	01/03/2026	Não
		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO					

13	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	15	Caixa 72 Unidade	R\$ 8,9500	01/03/2026	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	760	Caixa 72 Unidade	R\$ 9,4700	26/02/2026	Não
15	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	35	Caixa 72 Unidade	R\$ 16,1900	23/02/2026	Sim
16	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	2316	Caixa 72 Unidade	R\$ 9,4000	20/02/2026	Não
17	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	20	Caixa 72 Unidade	R\$ 10,0000	09/02/2026	Não
18	I	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO/RN - Compras.gov.br	2675	Caixa 72 Unidade	R\$ 10,8000	06/02/2026	Não
19	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	1915	Caixa 72 Unidade	R\$ 6,4900	21/01/2026	Não
20	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	3438	Caixa 72 Unidade	R\$ 21,4100	19/01/2026	Sim
21	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	2000	Caixa 72 Unidade	R\$ 24,5000	10/12/2025	Sim
22	I	MRJ-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Compras.gov.br	50	Caixa 72 Unidade	R\$ 11,1600	08/12/2025	Não
23	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	20	Caixa 72 Unidade	R\$ 16,4000	25/11/2025	Sim
24	I	PREFEITUA MUNICIPAL DE ITATIAIUCU - MG - Compras.gov.br	626	Caixa 72 Unidade	R\$ 16,6900	13/11/2025	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	24	Caixa 72 Unidade	R\$ 8,2800	12/11/2025	Não
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	805	Caixa 72 Unidade	R\$ 11,9000	05/11/2025	Não
27	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	100	Caixa 72 Unidade	R\$ 11,0000	30/10/2025	Não
28	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	2000	Caixa 72 Unidade	R\$ 11,0000	21/10/2025	Não
29	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	144	Caixa 72 Unidade	R\$ 10,6300	09/10/2025	Não
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Caixa 72 Unidade	R\$ 11,5000	07/10/2025	Não
31	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	401	Caixa 72 Unidade	R\$ 15,9400	23/09/2025	Não
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Caixa 72 Unidade	R\$ 6,9800	18/09/2025	Não
33	I	MMG-INSTITUTO PREV. DE GOVERNADOR VALADARES - Compras.gov.br	10	Caixa 72 Unidade	R\$ 29,1800	16/09/2025	Sim
34	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	50	Caixa 72 Unidade	R\$ 9,1700	15/09/2025	Não
35	I	ESP-SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS - Compras.gov.br	60	Caixa 72 Unidade	R\$ 7,4300	15/09/2025	Não
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	12	Caixa 72 Unidade	R\$ 11,0000	10/09/2025	Não
37	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	8	Caixa 72 Unidade	R\$ 6,0000	05/09/2025	Não
i38	I	CONSORCIO PUB.INT.DE SAU.DO SET. PARANAENSE-PR - Compras.gov.br	1	Caixa 72 Unidade	R\$ 20,7000	28/08/2025	Sim
i39	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	12	Caixa 72 Unidade	R\$ 13,1800	27/08/2025	Não
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Caixa 72 Unidade	R\$ 8,9700	27/08/2025	Não
41	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Caixa 72 Unidade	R\$ 10,0000	18/08/2025	Não
42	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SP - Compras.gov.br	10	Caixa 72 Unidade	R\$ 15,0000	14/08/2025	Não
43	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	210	Caixa 72 Unidade	R\$ 15,3000	12/08/2025	Não

44	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE São MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	10	Caixa 72 Unidade	R\$ 18,2700	06/08/2025	Sim
45	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	60	Caixa 72 Unidade	R\$ 9,0000	29/07/2025	Não
46	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Caixa 72 Unidade	R\$ 9,4000	16/07/2025	Não
47	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Caixa 72 Unidade	R\$ 9,4000	16/07/2025	Não
48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	182	Caixa 72 Unidade	R\$ 14,7000	16/07/2025	Não
49	I	MRJ-FUNDO MUN DE ASSIST SOCIAL CASIMIRO ABREU - Compras.gov.br	28	Caixa 72 Unidade	R\$ 10,0000	16/07/2025	Não
50	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	15	Caixa 72 Unidade	R\$ 8,1000	10/07/2025	Não

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
629410 - Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico , Material Ponta: Feltro , Tipo Carga: Recarregável , Cor: Diversas		Caixa 4 Unidade	3
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 46,4454%
R\$ 14,0000	R\$ 28,2000	R\$ 25,0000	Desvio Padrão: 13,0976
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 45,6000

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Caixa 4 Unidade	R\$ 25,0000	03/05/2026	Sim
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	1000	Caixa 4 Unidade	R\$ 7,3400	30/03/2026	Não
i 3	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Caixa 4 Unidade	R\$ 8,4300	04/03/2026	Não
4	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	206	Caixa 4 Unidade	R\$ 12,0000	23/02/2026	Não
5	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	3	Caixa 4 Unidade	R\$ 45,6000	09/10/2025	Sim
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	8	Caixa 4 Unidade	R\$ 14,0000	15/09/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
356518 - Colher Descartável Material: Plástico , Cor: Incolor , Aplicação: Café , Características Adicionais: Resistente		Pacote 100 Unidade	40

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 30,8398%
R\$ 4,3900	R\$ 6,5221	R\$ 5,8650	Desvio Padrão: 2,0114
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 11,3000

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Pacote 100 Unidade	R\$ 5,1900	11/05/2026	Sim
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	11000	Pacote 100 Unidade	R\$ 2,4400	16/03/2026	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Pacote 100 Unidade	R\$ 5,4300	04/03/2026	Sim
4	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	20	Pacote 100 Unidade	R\$ 4,5000	19/02/2026	Sim
5	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	144	Pacote 100 Unidade	R\$ 4,0000	18/02/2026	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Pacote 100 Unidade	R\$ 2,2400	13/02/2026	Não
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - Compras.gov.br	717	Pacote 100 Unidade	R\$ 2,9000	22/01/2026	Não
8	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	500	Pacote 100 Unidade	R\$ 6,0000	20/01/2026	Sim
9	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	140	Pacote 100 Unidade	R\$ 6,9200	23/11/2025	Sim
10	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Pacote 100 Unidade	R\$ 2,0000	11/11/2025	Não
11	I	ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	40	Pacote 100 Unidade	R\$ 1,8900	06/11/2025	Não
12	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-MA - Compras.gov.br	10	Pacote 100 Unidade	R\$ 8,0000	24/10/2025	Sim
13	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-MA - Compras.gov.br	30	Pacote 100 Unidade	R\$ 5,7300	07/10/2025	Sim
14	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS - Compras.gov.br	8	Pacote 100 Unidade	R\$ 6,0800	24/09/2025	Sim
i 15	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	10	Pacote 100 Unidade	R\$ 4,3900	15/09/2025	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	140	Pacote 100 Unidade	R\$ 6,9200	15/09/2025	Sim
17	I	PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR - Compras.gov.br	138	Pacote 100 Unidade	R\$ 4,1400	11/08/2025	Não
18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	30	Pacote 100 Unidade	R\$ 11,3000	07/08/2025	Sim
19	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	25	Pacote 100 Unidade	R\$ 10,4000	21/07/2025	Sim
20	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	12	Pacote 100 Unidade	R\$ 4,9000	08/07/2025	Sim
21	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	50	Pacote 100 Unidade	R\$ 5,5500	05/06/2025	Sim

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 11

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
423941 - Memória Portátil Microcomputador Capacidade Memória: 2 TB., Interface: Conexão Usb 3.0 , Aplicação: Armazenamento De Dados , Tipo: Hard Disk Externo	Unidade	50
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 684,7100	R\$ 1.088,6525	R\$ 834,9500
Coeficiente de Variação: 48,7471% Desvio Padrão: 530,6865 Maior Preço: R\$ 2.000,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	III	Kalunga - Sítios Eletrônicos Especializados	1		R\$ 789,9000	28/05/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 649,9070	06/05/2026	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 490,0000	27/04/2026	Não
4	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 533,0000	23/04/2026	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	533	Unidade	R\$ 349,0000	13/04/2026	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 324,0000	07/04/2026	Não
7	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA-PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 2.000,0000	26/03/2026	Sim
8	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 880,0000	05/02/2026	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 485,0000	05/02/2026	Não
i10	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 500,0000	20/01/2026	Não
11	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 575,9800	15/01/2026	Não
12	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 488,4800	05/01/2026	Não
13	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 486,7500	30/10/2025	Não
i14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 491,4700	21/09/2025	Não
15	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 484,3800	25/08/2025	Não
16	I	BA-PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 552,0000	08/07/2025	Não
17	I	BA-PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 650,0000	08/07/2025	Não
18	I	PMSP - SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 485,0000	07/07/2025	Não
19	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 684,7100	13/06/2025	Sim

Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 12

Descrição do item

625298 - Retificador Corrente Nominal De Saída: 25 A, Tensão Nominal De Saída: 125 VCC, Tensão De Alimentação De Entrada: 220 V, Frequência: 60 HZ, Fator Potência: 0,98 , Aplicação: Sistema De Energia Contínua , Modelo: Cpcr11e-125/25

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 39,0000

Média

R\$ 16.273,3663

Mediana

R\$ 1.064,9950

Coefficiente de Variação: 127,0613%

Desvio Padrão: 20.677,1481

Maior Preço: R\$ 46.000,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 29.994,0000	21/05/2026	Sim
2	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 289,2400	24/02/2026	Sim
3	I	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 44.500,0000	06/01/2026	Sim
4	I	SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO /PREF M.UBERLÂNDIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 243,2700	30/11/2025	Sim
5	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 48,0000	19/11/2025	Sim
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 39,0000	19/11/2025	Sim
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 49,0000	19/11/2025	Sim
8	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 64,0000	19/11/2025	Sim
9	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 82,0000	19/11/2025	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 429,9900	13/10/2025	Sim
11	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 45.000,0000	22/09/2025	Sim
12	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.700,0000	22/09/2025	Sim
13	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 45.000,0000	22/09/2025	Sim
14	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 46.000,0000	22/09/2025	Sim
15	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 45.000,0000	22/09/2025	Sim
i 16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.935,3600	14/09/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Nota Técnica

Para o item 2, foi considerada a unidade de medida de 1 caixa com 10 cápsulas.

Para o item 12, foi considerado o item Retificador de telecomunicações 10A, bivolt, 48v.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

ESP-5.DELEG.SECC.POLICIA JUDICIAR DA CAPITAL

Estudo Técnico Preliminar 20/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 058.00064630/2026-58

2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado - 5ª Delegacia Seccional de Polícia - LESTE	Eldio Cirilo Carvalho
Almoxarifado - 5ª Delegacia Seccional de Polícia - LESTE	Adriano Matsumoto

3. Descrição da necessidade

2.1 A aquisição em questão faz-se necessária considerando o que segue :

A aquisição de materiais e artigos de escritório e informática é essencial para garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas no setor público. Esses materiais são fundamentais para a realização de tarefas diárias, como elaboração de documentos, arquivamento, comunicação interna e externa, além do atendimento ao público e suporte às diversas áreas da administração.

A reposição periódica desses itens se faz necessária para manter a eficiência dos serviços prestados, evitando a interrupção das atividades devido à falta de insumos básicos. Além disso, a aquisição planejada e regular contribui para a economicidade e racionalização dos gastos públicos, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a presente solicitação de aquisição busca atender às demandas dos setores administrativos e operacionais, garantindo a continuidade dos serviços públicos com qualidade, eficiência e transparência, conforme os princípios da administração pública estabelecidos na Constituição Federal.

Os quantitativos demonstrados foram estimados com base na quantidade mensal da distribuição de cada item e visa atender a demanda para todo o exercício de 2026.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a contratação atender as necessidades desta Unidade de Compras, poderão ser solicitadas amostras e/ou catálogos de alguns dos itens, preservando-se a qualidade do material a ser adquirido.

A presente aquisição dar-se-á através de Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, com entrega única.

5. Levantamento de Mercado

Por se tratar de materiais simples e consumíveis e diante da necessidade contínua desses insumos e ainda visando manter a regularidade dos serviços, a solução mais viável é a aquisição direta dos materiais, garantindo a reposição adequada e evitando a paralisação das atividades por falta de suprimentos básicos. A aquisição planejada permite uma gestão eficiente dos recursos públicos, alinhando-se aos princípios da economicidade, transparência e eficiência, conforme estabelecido na legislação vigente.

Dessa forma, a compra dos materiais e artigos de escritório e informática se apresenta como a alternativa mais adequada para suprir as demandas dos setores administrativos e operacionais, assegurando a qualidade dos serviços e o cumprimento das atribuições institucionais.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	CatMat	Material	Und Forn.	Quantidade
1	340901	PASTA EM L	PACOTE 10 UNIDADES	400
2	461819	PAPEL SULFITE	RESMA	2500
3	625314	CAIXA ARQUIVO AZUL	UNIDADE	500
4	625648	PASTA ARQUIVO A/Z	UNIDADE	300
5	284009	COLCHETE	CAIXA 72 UNIDADES	25
6	629410	PINCEL QUADRO BRANCO	CAIXA 4 UNIDADES	3
7	423941	DISCO RÍGIDO PORTÁTIL COM 2T	UNIDADE	50
8	442107	DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL COM 240GB	UNIDADE	100
9	619637	CÁPSULA DE CAFÉ TRADICIONAL	CAIXA COM 10 CÁPSULAS	750
10	621537	CÁPSULA DE CHOCOLATE	CAIXA COM 10 CÁPSULAS	500
11	356518	COLHER DE CAFÉ	PACOTE COM 100 UNIDADES	40
12	625298	RETIFICADOR DE TELECOMUNICAÇÕES	UNIDADE	2

7. Descrição da solução como um todo

Considerando a ausência de soluções e a baixa complexidade do tipo de contratação, entende-se que para recompor o estoque e atender a demanda, a aquisição do material é a mais viável.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 193.912,71

O valor estimado da contratação foi elaborado através de pesquisa de preços coletados no Catálogo do compras.gov e outros sítios eletrônicos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A demanda será recebida de forma única pois o almoxarifado comporta a quantidade de itens, além de terem prazo de validade extenso.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em questão está respaldada no Decreto nº 70.333, de 12 de janeiro de 2026 através das previsões orçamentárias enviadas à Delegacia Geral de Polícia, e visa garantir a reposição necessária para o adequado funcionamento das Unidades Policiais subordinadas a esta Unidade Compradora pelo período de um ano.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de materiais e artigos de escritório na administração pública desempenha um papel fundamental para a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população. A disponibilidade adequada de suprimentos possibilita a otimização dos processos administrativos, contribuindo para um funcionamento mais organizado e produtivo dos órgãos governamentais.

Dentre os principais benefícios alcançados com a aquisição planejada e eficiente de materiais de escritório, destacam-se:

1 - Melhoria da produtividade: Com materiais adequados e de qualidade, os servidores públicos conseguem desempenhar suas funções de forma mais eficaz, reduzindo o tempo gasto com atividades burocráticas e aumentando a agilidade nos atendimentos.

2 - Redução de desperdícios: Um planejamento adequado na aquisição de materiais evita compras excessivas ou desnecessárias, reduzindo desperdícios e otimizando os recursos públicos.

3 - Maior controle e transparência: A adoção de boas práticas na aquisição permite melhor controle dos estoques, garantindo que os materiais estejam sempre disponíveis quando necessários e evitando compras emergenciais que podem comprometer a transparência e a economicidade.

4 - Economia de recursos públicos: Compras planejadas e realizadas de forma estratégica, com a busca por fornecedores competitivos e aquisição em maior escala, podem gerar economia significativa para os cofres públicos.

5 - Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: A escolha de materiais sustentáveis e recicláveis contribui para a redução do impacto ambiental e para o cumprimento de normas de responsabilidade socioambiental na gestão pública.

6 - Melhoria no atendimento ao público: Com escritórios bem equipados e organizados, os servidores podem oferecer um atendimento mais eficiente e de qualidade aos cidadãos, fortalecendo a confiança na gestão pública.

Assim, a aquisição de material de escritório na administração pública deve ser realizada de forma planejada, transparente e eficiente, garantindo o melhor uso dos recursos públicos e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços à população.

13. Possíveis Impactos Ambientais

Para minimizar o impacto ambiental, foram selecionados itens do catálogo que apresentam descrições alinhadas a essa preocupação.

14. Providências a serem Adotadas

Não verifica-se a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração de forma prévia à celebração contratual considerando que são itens de baixa complexidade e que atenderão a recomposição do estoque anual do Almoxarifado.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LETICIA VIDAL SERRANO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 10:33:34.

PATRICIA CHALFUN DE MATOS FONSECA

Autoridade competente

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.